Gilmar Mendes avalia atuação e protagonismo do Supremo

Maria Eduarda Lavocat

Rosinei Coutinho/STF



O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu entrevista à *Rádio Perfil*, da Argentina, na última sexta-feira, durante visita ao país para participar do II Fórum de Buenos Aires. Em conversa com o jornalista Jorge Fontevecchia, o magistrado falou sobre as razões que levaram o Supremo brasileiro a conquistar tanto poder e protagonismo político e institucional, em contraste com a trajetória da Suprema Corte argentina.

Fontevecchia iniciou o programa com uma apresentação do entrevistado o descrevendo como uma das figuras centrais da história política e judicial brasileira nas últimas duas décadas. O jornalista ressaltou a visibilidade pública dos ministros do STF e a influência da Corte nas decisões nacionais. Para ilustrar essa dimensão, comparou o reconhecimento da corte com a seleção brasileira de futebol.

"O cidadão [brasileiro] comum conhece os nomes dos 11 membros do STF tão bem quanto, e às vezes até mais do que, os nomes dos 11 jogadores da seleção nacional de futebol. Isso ressalta a importância deles", afirmou.

Questionado sobre as razões para essa influência, Gilmar explicou que, embora o STF tenha suas origens na Proclamação da República, em 1889, suas atribuições foram significativamente ampliadas pela Constituição Federal de 1988.

Segundo ele, o modelo brasileiro combina dois sistemas de controle de constitucionalidade: o difuso, de inspiração norte-americana, que permite a juízes e tribunais analisar a validade de leis em casos concretos; e o concentrado, de influência europeia, que atribui ao Supremo a competência para examinar diretamente a constitucionalidade de leis e normas em ações específicas. "O Supremo Tribunal Federal tornou-se, assim, de certa forma, um Tribunal Constitucional", declarou.

Ao ser questionado sobre as crises enfrentadas pela Corte, Gilmar reconheceu que o Supremo talvez tenha se tornado poderoso demais e admitiu a necessidade de uma reflexão sobre os limites de sua atuação. "Em parte porque o caminho para a provocação é tão aberto que o tribunal é constantemente chamado a intervir. Talvez haja uma falta de autocontrole", afirmou.

O ministro apontou o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro como um período particularmente desafiador, marcado por controvérsias políticas e institucionais. Entre os episódios, mencionou a condução da pandemia de covid-19 e os ataques ao STF.

"Era um governo negacionista, que rejeitava intervenções para controlar a pandemia e acreditava que tudo seria resolvido pela imunidade de rebanho. Então, o tribunal foi chamado diversas vezes por governadores e prefeitos para intervir. E interveio", justificou.

Na avaliação de Gilmar, a atuação durante a pandemia ampliou a importância e o reconhecimento do Supremo. Porém, esse protagonismo também provocou uma reação contundente de Bolsonaro e de seus apoiadores, que passaram a atacar sistematicamente a instituição e a questionar a confiabilidade das urnas eletrônicas.

Segundo o ministro, as investidas contra o sistema eleitoral fizeram parte dos preparativos para uma tentativa de golpe de Estado, cujo planejamento acabou comprovado. Nesse contexto, o STF teve papel central na responsabilização do ex-presidente e de militares envolvidos na trama golpista.

"Diferentemente da Argentina, nunca antes um general havia sido levado ao banco dos réus. Quatro generais foram condenados. Bolsonaro foi condenado. Isso provocou, por um lado, manifestações de aplauso, mas também gerou agitação e uma profunda polarização no país", afirmou.

Nesse momento da entrevista, Fontevecchia aproveitou para contextualizar que, diferentemente da Argentina, o Brasil não responsabilizou rigorosamente os militares envolvidos na ditadura. O histórico de impunidade, segundo o apresentado pelo jornalista, torna as condenações recentes ainda mais significativas.

Para Gilmar, o desfecho do processo inaugurou uma nova etapa de questionamentos sobre a atuação do Supremo. Entre as reações, citou os movimentos pela anistia dos condenados, as acusações de excessos por parte da Corte e a apresentação de projetos de lei no Congresso Nacional.

O ministro também relacionou o debate sobre os limites de atuação do Judiciário e as controvérsias mais recentes envolvendo o Banco Master. Para ele, as suspeitas de possíveis benefícios a integrantes do Supremo e as falhas na fiscalização e na regulação do sistema financeiro exigem uma análise mais abrangente, que não concentre a responsabilidade exclusivamente nos três Poderes.

Gilmar lembrou que, durante anos, o banco comercializou certificados de depósito bancário (CDBs) por meio de outras grandes instituições financeiras e destacou a atuação de órgãos reguladores, como o Banco Central. Na avaliação do ministro, o episódio evidencia a necessidade de discutir os mecanismos de fiscalização e as responsabilidades das diferentes instituições.

"Aqui, obviamente, houve um problema de fiscalização e regulação. Por muito tempo, esse banco vendeu certificados por meio de outros grandes bancos. Portanto, tive a oportunidade de dizer que o problema do Master não deve recair apenas sobre os ombros dos três Poderes. É necessário um entendimento mais amplo", declarou.

Ao final da entrevista, Fontevecchia destacou a atuação do Supremo diante dos ataques de 8 de janeiro de 2023 e estabeleceu um paralelo com a invasão do Capitólio, nos Estados Unidos, por apoiadores do então presidente Donald Trump, após a derrota eleitoral de 2020.

O jornalista questionou como o Brasil conseguiu responsabilizar judicialmente Jair Bolsonaro e os demais envolvidos na tentativa de golpe, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos. "Qual é o segredo do STF brasileiro para conseguir responsabilizar um ex-presidente por tentativa de golpe, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos?", perguntou.

Gilmar atribuiu essa diferença à trajetória histórica de independência do Judiciário brasileiro. Segundo ele, a autonomia institucional não depende apenas das garantias previstas na Constituição, mas também da postura dos integrantes das instituições e da capacidade de preservar sua missão diante de pressões políticas.

O ministro ressaltou que o STF é maior do que seus integrantes individualmente e afirmou que uma das principais atribuições das Cortes Constitucionais é proteger a democracia e impedir rupturas institucionais. Na avaliação dele, esse foi justamente o papel desempenhado pelo Supremo ao atuar para conter a tentativa de ruptura democrática e, posteriormente, responsabilizar os envolvidos.